

**(RE)PENSANDO A DIÁSPORA NA AMÉRICA LATINA:
Colonialidades, Identidades e Questões Étnicoraciais no Campo da
Dança**

Francisca Jocélia de Oliveira Freire
*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Dança da Universidade Federal da
Bahia*
joceliafreiredancadesalao@gmail.com

Raissa Conrado Biriba
*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Dança da Universidade Federal da
Bahia*
raissabiriba@gmail.com

Amélia Vitória de Souza Conrado
*Professora do Programa de Pós-Graduação em Dança da Universidade Federal da
Bahia e do Programa de Mestrado Profissional em Dança da Universidade Federal da
Bahia.*
ameliaconrado@ufba.br

*Simpósio Temático nº 11 – DANÇA, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES:
Políticas, Poéticas e Epistemologias em Arte*

RESUMO

Este trabalho traz reflexões que surgem durante o I Simpósio Latinoamericano de Dança - SLAD: (Re)pensando a diáspora na América Latina, que realizamos em formato online através do Grupo de Pesquisa em Culturas Indígenas, Repertórios Afrobrasileiros e Populares - GIRA da Escola de Dança da UFBA no ano de 2021. O evento colaborou para um debate crítico acerca do que compreendemos por diáspora latinoamericana, perpassando por estudos sobre decolonialidade na sua relação com as questões étnicoraciais, de gênero e de identidades no contexto do referido continente. Ao tratarmos essa discussão no campo da dança, a experiência da diáspora se destaca enquanto reveladora das concepções sobre o ser “latinoamericano”ⁱ, diante do processo histórico de formação do território, onde a dança se configura como movimento artístico e político de afirmação identitária e de combate às colonialidades do ser, saber (MIGNOLO, 2007) e poder (QUIJANO, 2005). Para tanto, (re)pensar a diáspora na América Latina nos convida a valorizar a perspectiva interseccional dos processos sociais imbricados a esse grande território plural constituinte de afrodiásporas, sobretudo quando nos interessa perceber a sua incidência nas ações políticas junto ao campo da dança. Assim, nosso referencial teórico-metodológico se embasa principalmente nos estudos feministas

afrolatinoamericanos, reconhecendo a sua importância para um debate entrecruzado sobre Dança e Diáspora nas Américas, uma vez que nos apresenta caminhos para ultrapassar fronteiras invisíveis, as quais impedem uma verdadeira descolonização da chamada “América Latina” na contemporaneidade. Aqui, fazemos referência aos estudos de autorasⁱⁱ e autores como **Gonzalez** (1988); Colombres (2014); **Akotirene** (2018); **Figueiredo** (2020), dentre outros - que tratam essas questões no contexto do continente; **Davis** (2017) e Oliveira (2020), no campo das artes e danças afroameríndias. Como resultados, salientamos a realização do I Simpósio Latinoamericano de Dança, que contribuiu para aprofundar os referidos debates propostos por nossas pesquisas em desenvolvimento no Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Dança da UFBA, abrindo um campo de diálogo interseccional com outras pesquisas da área da dança e afins.

Palavras-chave: Dança. Diáspora. América Latina. Identidades. Questões Étnicoraciais.

ABSTRACT

This work brings reflections that arise during the I Latin American Dance Symposium - SLAD: (Re)thinking the diaspora in Latin America, which we carried out in online format through the Research Group on Indigenous Cultures, Afro-Brazilian and Popular Repertoires - GIRA da Escola de Dança from UFBA in 2021. The event contributed to a critical debate about what we understand by the Latin American diaspora, passing through studies on decoloniality in its relationship with ethnic-racial, gender and identity issues in the context of that continent. When dealing with this discussion in the field of dance, the experience of the diaspora stands out as revealing the conceptions about being “Latin American”, in the face of the historical process of formation of the territory, where dance is configured as an artistic and political movement of identity and affirmation of combating the colonialities of being, knowledge (MIGNOLO, 2007) and power (QUIJANO, 2005). Therefore, (re)thinking the diaspora in Latin America invites us to value the intersectional perspective of social processes imbricated to this large plural territory that constitutes Aphrodiásporas, especially when we are interested in understanding its impact on political actions in the field of dance. Thus, our theoretical-methodological framework is based mainly on Afro-Latin American feminist studies, recognizing its importance for a cross-cutting debate on Dance and Diaspora in the Americas, as it presents us with ways to overcome invisible borders, which prevent a true decolonization of the so-called “Latin America” in contemporary times. Here, we refer to the studies of authors and authors such as **Gonzalez** (1988); Colombres (2014); **Akotirene** (2018); **Figueiredo** (2020), among others - dealing with these issues in the context of the continent; **Davis** (2017) and Oliveira (2020), in the field of Afro-Amerindian arts and dances. As a result, we highlight the realization of the 1st Latin American Dance Symposium, which contributed to deepening the debates proposed by our researches under development in the Doctorate of the Graduate Program in Dance at UFBA, opening a field of intersectional dialogue with other research in the area of dance and the like.

Keywords: Dance. Diaspora. Latin America. Identities. Ethnic-Racial Issues.

INTRODUÇÃO

Compreender e (re)pensar a diáspora na América Latina nos convoca a reconhecer e afirmar a presença africana e dos povos originários como ponto de partida dessa discussão - seja para refletir sobre colonialidades, identidades e questões étnico-raciais no campo da dança, ou mesmo para questionar a própria concepção de latinidade desenvolvida para nomear um contingente de países americanos. Estes, marcados por uma diversidade cultural e artística histórica, a qual se entrecruza à experiência da diáspora transatlântica no continente, caracterizando o ser “Latino” na contemporaneidade.

Como é sabido, o verbete “América” é uma homenagem ao comerciante e navegador Américo Vespúcio, que ao chegar em terras Antilhanas e perceber que essas não se tratavam das Índias, ignorou outros termos utilizados por povos originários das diversas regiões para se referir ao território, nomeando-o de América. Já o verbete “Latina” surge como forma de traçar as fronteiras da colonização europeia, principalmente pelos espanhóis, portugueses e franceses – cujas terras ocupadas, predominantemente na parte central e sul do território, se diferenciariam daquelas ocupadas pelo ingleses, por possuírem seus idiomas remanescentes do Latim.

Assim, quando falamos em América Latina hoje, nos referimos a todo um movimento por descolonização do continente - o qual Quijano (2005) e Mignolo (2007) vão nos atentar para a necessidade de combater três aspectos principais: (1) a colonialidade do ser, que está relacionada aos modelos impostos pelo patriarcado branco-hegemônico às sociedades; (2) a colonialidade do saber, que se instaura no período da modernidade com o positivismo e o pensamento cartesiano como epistemologia dominante; e (3) a colonialidade do poder, a qual se dá no âmbito das instituições, mas também está imbricada em todo o processo de colonização das sociedades latinoamericanas.

É nesta direção que iniciamos nossa conversa, aguçando nossos sentidos para perceber que o próprio nome “América Latina” já demarca um lugar de perda ou não validação dos povos e culturas originárias e afrodiaspóricas do nosso continente. De outro modo, as complexas dinâmicas de vida e (re)existência das sociedades latinoamericanas durante e após o período colonizatório, exaltam o caráter político das expressões culturais afroameríndias, que passaram a caracterizar “Nossa América” (COLOMBRES, 2014) para além das imposições coloniais do ser, saber e poder. A partir desse entendimento, começamos a aproximar as fronteiras do que significa tratar Dança, Diáspora e América

Latina na contemporaneidade, quando as expressões culturais dos povos originários e africanos se tornaram símbolo de luta após um longo período de desumanização, escravização, extermínio e exploração capitalista no continente.

Pode-se dizer, portanto, que as formas de expressão em dança - as quais estão ligadas às ritualidades, ancestralidades e modos de vida originários e diaspóricos - permitiram que esse entrecruzamento de povos se tornasse símbolo da força cultural e política da América Latina hoje, nossa *Abya Yala* (MORALES, 2011).

Abya Yala significa “terra em plena maturidade” ou “terra de sangue vital”. Esse termo vem sendo utilizado de forma política pelo movimento de povos originários no continente para contrapor o nome “América Latina”, uma vez que a expressão demarca a colonização europeia no continente. *Abya Yala* é também a fase final de evolução e formação da Mãe Terra, quando ela vai entrar em pleno equilíbrio. Simboliza, portanto, esse grande momento e movimento de transformação que vem sendo a cada dia protagonizado por mulheres afrolatinoamericanas e indígenas, povos originários, comunidade LGBTQIA+, pessoas com deficiência, dentre outras, por reivindicação de autonomia e liberdade.

Ao promovermos o “I Simpósio Latinoamericano de Dança - SLAD” com a referida temática que dá nome a este artigo, o mesmo colaborou para aprofundarmos conhecimentos e pesquisas sobre Danças na América Latina que reconhecessem a importância da diáspora no contexto artístico e sociopolítico dos seus fazeres, entendendo-os como movimento e ação decolonial (ou contra-colonial) que contribui para avançarmos em novas perspectivas pedagógicas, artísticas, políticas e culturais no atual cenário de “descolonização” do continente. Para tanto, propomos um debate entrecruzado sobre dança, diáspora, gênero, identidades e questões étnicoraciais, valorizando uma perspectiva de abordagem interseccional que coloque em pauta o pensamento crítico acerca do que compreendemos por diáspora latinoamericana e a importância dessa discussão para o campo da dança e da pesquisa acadêmica em Artes.

Autoras como Lélia **Gonzalez** (1988), Carla **Akotirene** (2018), Ochy **Curiel** (2019), Angela **Figueiredo** (2020), Angela **Davis** (2017) dentre outras, nos auxiliam a compreender e aprofundar as relações que propomos entre diáspora latinoamericana e o campo da dança na contemporaneidade. Além disso, autores como Walter Mignolo (2007) e Aníbal Quijano (2005), também contribuem para o debate sobre o pensamento decolonial no continente.

Para abordar tais temáticas, o artigo foi organizado em três partes: (1) “(Re)pensando a diáspora por uma perspectiva feminista afrolatinoamericana”, em que tratamos a temática pelo viés do movimento de mulheres negras, e suas contribuições no âmbito das epistemologias decoloniais e questões étnico-raciais hoje. Como já mencionado em nota de rodapé, destacaremos o sobrenome dessas intelectuais negras em negrito durante o artigo, como forma de afirmação política dessas mulheres, bem como da sua importância para a construção intelectual e ações políticas hoje, em uma sociedade machista, racista e patriarcal. Tal forma de afirmação das intelectuais negras é sugerida por **Figueiredo** (2020), no artigo “Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial”; (2) “Os impactos da colonialidade na formação das identidades culturais, étnicoraciais e de gênero”, em que abordamos sobre as questões que permeiam os movimentos sociopolíticos identitários, bem como a própria herança colonial sob as concepções de raça e gênero que passam a determinar as relações nas sociedades capitalistas atuais; e (3) “Danças afrolatinoamericanas e o debate interseccional, em que aprofundamos a temática em questão na especificidade do campo da dança, ressaltando a importância da interseccionalidade para o debate sobre corpo, danças e expressões artísticoculturais afroameríndias.

Nas considerações finais, apontamos os caminhos epistemológicos que auxiliaram no aprofundamento dessa temática, os quais embasam o pensamento crítico das nossas pesquisas de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Dança da Universidade Federal da Bahia.

(RE)PENSANDO A DIÁSPORA POR UMA PERSPECTIVA FEMINISTA AFROLATINOAMERICANA

O apagamento histórico cultural, identitário e epistemológico resultante da colonização imposta aos povos originários e africanos diaspóricos que foram escravizados na chamada América Latina, assim como as formas de opressão e violência que sustentaram esse apagamento em diversos setores da vida social - tais como as instituições, o campo do conhecimento científico e das expressões artísticoculturais -, se tornaram território fértil para a produção capitalista e intelectual na atualidade. Apesar dos anos de apagamento e/ou da falta de reconhecimento dos artistas afroameríndios como produtores de conhecimento - sobretudo por parte das instituições de pesquisa

acadêmica - percebe-se uma nova perspectiva sobre esse setor cultural no território latinoamericano, fruto das lutas socioidentitárias e étnicoraciais, ao qual devemos nos atentar.

Por esse motivo, surge uma reflexão: o que é ser latinoamericano hoje e como essa discussão está imbricada ao campo da dança? Este foi um dos assuntos presentes na mesa de aberturaⁱⁱⁱ do SLAD - Simpósio Latinoamericano de Dança, que ocorreu no dia 27 de setembro de 2021 no canal do YouTube do grupo de pesquisa Gira e teve como pessoas convidadas: Danielle **Almeida** (Diaspórica), Rosane **Thioune** (UFBA), Angela **Figueiredo** (UFRB) e Leonardo Sebiane (IHAC/UFBA). As pautas mencionadas pelas pesquisadoras e pesquisador impulsionaram a escrita deste artigo, além do entrecruzamento com as nossas pesquisas de doutorado em andamento^{iv}, que tratam da temática da América Latina em uma perspectiva decolonial (ou contra-colonial) e interseccional no campo da dança.

É neste sentido que iniciamos uma escrita que apresenta como base o feminismo afrolatinoamericano em diálogo com as temáticas mencionadas, sob o qual reconhecemos o papel do movimento de mulheres negras e indígenas no cenário de descolonização da América Latina. Para tanto, é indispensável referenciar a contribuição de Lélia **Gonzalez** (1988), afinal é ela quem passa a questionar e colocar em pauta um feminismo que invisibiliza o lugar das mulheres negras e suas questões na América Latina, trazendo para a cena reflexões fundamentais para analisarmos o que aqui chamamos de diáspora afrolatinoamericana.

As discussões propostas por Lélia **Gonzalez** (ibdem) no artigo “Por um feminismo afrolatinoamericano” já indicam o caráter interseccional desse debate, uma vez que considera o entrecruzamento de múltiplos fatores e sistemas de opressão contra a população negra e indígena - sejam eles ideológicos, identitários, sociais ou econômicos - ressaltando os processos violentos sofridos sobretudo pelas mulheres afroameríndias, que refletem a sociedade racista patriarcal dos dias de hoje. Assim como Lélia, Ochy **Curiel** nos convida a entender que: “A América é um produto da modernidade na construção do sistema-mundo e a Europa, para construir-se como o centro do mundo, a construiu como sua periferia desde 1492.” (CURIEL, 2019, p. 38)

Lélia nos alerta para a importância de reconhecermos a herança histórica ideológica de classificação social presentes nas sociedades ibéricas, e que, consequentemente, sustentaram tais características na construção das sociedades

latinoamericanas colonizadas. Em vista disso, é possível compreender de forma mais ampliada os sistemas excludentes que aqui se perpetuam e seus resultados.

As proposições do feminismo afrolatinoamericano nos direcionam a compreender os tensionamentos acerca das “narrativas da historiografia oficial e mostrando como se conformaram as hierarquias sociais” (CURIEL, 2019, p. 32), pois para essas autoras, as classificações sociais serviram de suporte para a ideologia do branqueamento presente na América Latina, a qual sustenta a convicção de que os padrões culturais e de produção de conhecimento eurocêntricos são exclusivos e hegemonicamente válidos. Qualquer outra forma de expressão é considerada inferior e subalternizada, favorecendo o seu apagamento e desaparecimento - já que, “o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue” como se diz no Brasil), é internalizado com a conseqüente negação da própria raça e da própria cultura” (GONZALEZ, 1988, p. 15).

Diante de tais considerações, podemos entender a urgência de redirecionarmos nossas abordagens - no campo das Artes, das ciências sociais e estendidos a todos os outros setores da vida cotidiana - para uma perspectiva feminista afrolatinoamericana, nos atentando para a necessidade de considerar a questão racial como categoria inquestionável a ser tratada por qualquer estrutura e padrão social presente na chamada América Latina. Aqui, é importante salientarmos que apesar do feminismo hegemônico ter colaborado com os debates sobre gênero e identidades sexuais, houve uma invisibilização em torno das questões raciais - colaborando com o próprio sistema patriarcal, que é pautado nas ideologias racistas, tendo como conseqüência a discriminação. Assim, nos apropriamos das palavras de Lélia Gonzalez quando afirma:

O que geralmente se constata, na leitura dos textos e da prática feminista, são referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial. [...] Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial é recair numa espécie de racionalismo universal abstraído, típico de um discurso masculinizado e branco. (GONZALEZ, 1988, p. 13-14).

(Re)pensar a diáspora por uma perspectiva feminista afrolatinaamericana, portanto, não significa ignorar e desvaliar as conquistas resultantes da luta traçada pelo movimento feminista. Mesmo porque, quando o feminismo passa a discutir sexualidades, abre espaço para o movimento por afirmação e direitos da população LGBTQIA+ e outros grupos socioidentitários. Mas, é necessário compreender que o formato em que esse movimento surge, branco, eurocêntrico e hegemônico, não atendeu e não atenderá às

demandas apresentadas no que diz respeito às subjetividades e vidas das mulheres negras e indígenas, seja da América Latina ou de países que constituem afrodiásporas no mundo.

É importante salientarmos que nosso entendimento de mulher não compactua com as classificações ocidentais excludentes, mas sim com uma perspectiva de gênero que ultrapassa as definições impostas pela colonialidade. Para tanto, ressaltamos o pensamento da pesquisadora Oyèrónké **Oyèwùmí** (2020, p.175), quando afirma que “gênero é o princípio organizacional fundamental da família, e as distinções de gênero são as principais fontes da hierarquia e da opressão da família nuclear”. Neste sentido, a autora considera que gênero é uma construção social que contribui com as formas de opressão e estabelecimento da hegemonia cultural euro/estadunidense. A exemplo da experiência yorubana, Oyèrónké (2020, p.177-178) fala sobre a não existência da categoria gênero na família africana, “já que os papéis de parentesco e suas categorias não são diferenciadas por gênero. [...] é a linhagem que é considerada como família”.

Nesta direção, apenas os próprios elementos e epistemologias dos povos aos quais pertencem, poderão responder e transmutar o cenário imposto aos nossos corpos por intermédio da colonização. Por esse motivo, vale perceber que o feminismo hegemônico comunga com as estruturas de dominação, o que de acordo com Lélia **Gonzalez** (1988) se configura como racismo por omissão, pois se alinha às crenças eurocêntricas e neocolonialistas impostas ao mundo.

OS IMPACTOS DA COLONIALIDADE NA FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES CULTURAIS, ÉTNICORACIAIS E DE GÊNERO

Como já mencionamos, as classificações sociais impostas pela colonialidade alteraram as relações ao redor do planeta, instaurando o patriarcado como modelo e padrão inquestionável de vida. Pautados na ideia da diferença e superioridade do homem branco sobre as outras categorias sociais, percebe-se que esse modelo possui como base a teoria racial pautada na exclusão de corpos não-brancos, incidindo sobretudo na submissão das mulheres negras e não-brancas ao patriarcado hegemônico, capitalista e racista. Nas palavras de Lélia **Gonzalez** (1988, p.12):

Um dito popular brasileiro sintetiza essa situação ao afirmar: “branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”. Que se atenda aos papéis atribuídos às americanas (preta e mulata); abolida sua humanidade, elas são vistas como corpos animalizados: por um lado são os “burros de carga” (do qual as mulatas brasileiras são um modelo). Desse modo, se constata como a socioeconômica se faz aliada à super-exploração sexual das mulheres

amefricanas.

Desse modo, é importante perceber que antes da própria discussão sobre patriarcado, é necessário compreender que a ideologia racial é o princípio mantenedor desse sistema capitalista e estratificado herdado da colonização. Juntamente a isso, a produção das desigualdades sociais - que se estendem aos diversos setores das sociedades e se desmembraram em desigualdades de gênero, desigualdades sexuais, desigualdades étnico-raciais, desigualdades econômicas e de classe - passam a estratificar a pirâmide social capitalista, tendo a ideia da diferença como sinônimo das chamadas “minorias” e “classes subalternas”. Estas, ocupadas majoritariamente pela população afroamériíndia, apesar de serem a maioria em países pós-colonizatórios que constituem afrodiásporas. Ou seja, “este sistema transforma as diferenças em desigualdades e a discriminação que elas sofrem assumem um caráter triplo [raça, gênero e classe], dada sua posição de classe” (GONZALEZ, 1988, p.16).

É nesta direção que o feminismo negro, especificamente o afrolatinoamericano, possui uma contribuição fundamental no combate ao projeto capitalista neocolonial das sociedades atuais. Construído fora da academia pela ação política dessas mulheres, que “encontraram na música, na poesia e nas artes em geral uma forma de expressar os seus sentimentos, aprendizados, ensinamentos e reflexões sobre a vida” (FIGUEIREDO, 2020, p.4), o movimento de mulheres negras e indígenas possibilitou a incidência desse debate nas universidades.

Indo mais além, quando percebemos que os movimentos de afirmação identitária na contemporaneidade - tendo o Movimento Negro como pioneiro no que confere às conquistas de direitos sociais à população afrodescendente partir da década de 70 - identificamos o caráter contra-colonial do feminismo afrolatinoamericano, enquanto um conjunto de ações políticas que eclodem pelas brechas de um sistema racista patriarcal.

Desse modo, a pauta étnicoracial passa a aparecer em outros movimentos sociais, tais como o dos proletariados, dos LGBTQIA+, dentre outros. No entanto, devemos nos atentar para o fato de que as mesmas também são cooptadas pelos discursos do sistema hegemônico, a exemplo das instituições - quando trazem as questões étnicoraciais nos discursos de pessoas brancas, mas permanecem impedindo a presença, sobretudo das mulheres negras e indígenas, nos espaços de poder. É o que a filósofa Djamila **Ribeiro** (2017) vai nos alertar sobre o “lugar de fala”, quando as pautas étnicoraciais passam a

fazer parte da estrutura, mas a posição das mulheres negras ainda permanece na classe mais vulnerável da pirâmide social hegemônica.

Tal aspecto é relatado por estudiosos da América Latina, tais como Aníbal Quijano (2002 apud **FIGUEIREDO**), cujo explica que mesmo com a independência dos países latinoamericanos, as estruturas sociais, políticas e econômicas da colonização permaneceram, tendo os homens brancos na mesma posição social de supremacia. Somente por meio da afirmação das identidades culturais e políticas afroameríndias, esse cenário passa a ser transformado, em que a expressão artística afrolatinoamericana e indígena tem papel fundamental no questionamento dos valores herdados da cultura ocidental branca como modelo universal que invisibiliza e/ou discrimina outras identidades. Por esse motivo, as expressões artísticas se apresentam como principal aspecto de reconstrução das identidades afroameríndias, não apenas como forma de combate às colonialidades do ser, saber e poder, mas de retomada da sua história.

DANÇAS AFROLATINOAMERICANAS E O DEBATE INTERSECCIONAL

O paradigma pelo qual problematizamos as danças afrolatinoamericanas avança quando traz para o centro da discussão o debate interseccional, ao qual nos permite compreender as questões que envolvem a pessoa latinoamericana diante das suas identidades, origens, situação no mundo, seus vínculos socioculturais, seus problemas, desejos e a maneira como cria e se expressa na arte de dançar. Aqui, o conceito de dança que compactuamos é diverso, plural e referenciado nas várias formas de existir da diáspora negra e populações originárias constituída nas Américas.

O conceito de interseccionalidade vem sendo aprofundado por estudiosa/o/es da atualidade, que convocamos para entrelaçar às nossas ideias no campo específico das danças, tais como **Akotirene** (2018, p.112), quando afirma que o mesmo vem sendo elaborado como "um modo sensível de refletir as identidades e seus imbricamentos com o poder, sem exclusividades às mulheres negras ou a um grupo em específico, mesmo partindo delas". A pesquisadora ressalta que tal concepção de interseccionalidade agrega diferentes posicionamentos, cujos devemos refleti-los frente às estruturas e posicionarmos em busca de justiça social.

Nessa perspectiva, identificamos este momento na sociedade contemporânea como uma virada paradigmática, que se reflete no campo da dança e das demais expressões artísticas latinoamericanas em variadas regiões do planeta. É graças às ações

históricas dos movimentos sociais organizados no Brasil e no mundo, que sempre estiveram e estão em ação de solidariedade, cumplicidade, colaborações e denúncias, que algumas mudanças de pensamentos e valores tem se transformado em ações contra-coloniais. Porém, ainda estamos muito longe de alcançarmos, em termos de sociedade mundial, uma ética de dignidade, respeito à vida, à humanidade e à Terra.

O debate interseccional, ao reconhecer as lutas que vão em busca do direito civil, cidadão e humano às pessoas, nos convoca a unir as forças e lutar juntos contra as estruturas dominantes, que possuem armas poderosas. E aqui afirmamos que as artes fazem revoluções! Fazendo referência às palavras de Angela **Davis** (2017, p. 167), quando aborda a importância das artes para uma consciência social das comunidades negras nos Estados Unidos, ela afirma que “a história da cultura afro-americana contém importantes lições para aquelas pessoas interessadas em estreitar os laços entre arte e movimentos populares”. Ou seja, existem vínculos fortes entre a arte e a luta pela libertação negra. Mesmo diante das estruturas ideológicas de poder, que possuem seus aparelhos de controle, tais como o padrão de escola e currículo e as instituições religiosas - estas que, em nossa realidade brasileira, tinha o catolicismo como religião oficial da nação até poucos anos atrás -, as expressões artísticoculturais afroameríndias atualizam a sua luta por (re)existência.

Além dessas estruturas, os meios de comunicação de massa como a televisão, a internet e os jornais, geralmente se comportam de forma a afirmar um discurso alinhado às conjunturas, que naturalizam violências contra as pessoas vulneráveis; e os crimes frequentes cometidos por instituições públicas e privadas. Esses, que não são julgados e mantêm ilesos aqueles que os cometem, a exemplo da devastação ambiental, negligências socioambientais, improbidades administrativas, genocídios e outros crimes inaceitáveis que vem sendo banalizados pelos poderes públicos.

Esses problemas nos levam a questionar como pensar as danças da Afrolatinoamérica sem contextualizá-la na sua condição em que sempre se moveram, se recriaram e resistiram para permanecer existindo? Essa pergunta nos faz constatar que somente preservando os corpos de quem as dançam, estaremos preservando tais manifestações artísticas.

Os estudos de Sidney Oliveira (2020), ao abordar um pensamento de dança em uma perspectiva interseccional, transgressiva e performativa a partir do que denomina corpos dissidentes, nos ensinam que são esses corpos - fora de um modelo dominador

enquanto norma, padrão - os que constroem reflexões que nos entrelaçam à vida. De outro modo, ao compreender que a dança é sinuosa e se dá na experiência dos tempos, espaços e intensidades, ressalta o caráter não binário dessa forma de expressão artística - mesmo com os desmontes sociais protagonizados pelo pensamento puritano e cristão. Neste sentido, as danças afrolatinoamericanas e indígenas proporcionam e inspiram entendimentos sociais sobre corpo e humanidade a partir das suas circularidades espiraladas (MARTINS, 2020) presentes nas filosofias de seus povos, em que “cada subjetividade continua a correr desbravando novas possibilidades através das interações corporais, inscrita no movimento e na diversidade infinita de corpos” (OLIVEIRA, 2020, p. 207).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos pontos expostos, na tentativa de provocar uma análise e uma possível reflexão sobre a necessidade de (re)pensar a diáspora na América Latina, nossa discussão compreende que a engrenagem capitalista que move os processos históricos e tentam provocar o apagamento sociocultural da nossa *Abya Yala*, nos direcionam a perceber esse debate entrecruzado às ideologias racistas e patriarcais que sustentam os sistemas-mundo na contemporaneidade.

Neste sentido, a perspectiva da interseccionalidade presente no feminismo afrolatinoamericano nos auxilia a aprofundarmos os estudos sobre os fatores que estão imbricados às colonialidades do ser, saber e poder, com vistas a combater as estruturas hegemônicas a partir de ações contra-coloniais protagonizadas pelos movimentos socioidentitários na América Latina. Aqui, é importante salientarmos o papel da pesquisa acadêmica no combate a tais estruturas, na medida em que a formação do pensamento e dos discursos que são legitimados nas instituições de poder - a exemplo das universidades - se unem às lutas, contribuindo para a sua expansão e abrangência no que confere a uma real descolonização do nosso território.

No caso das danças afroameríndias, se há anos atrás os estudos sobre Danças e pensamento afroameríndio diaspórico adentravam em uma condição rara os espaços acadêmicos - sobretudo nos Programas de Pós-Graduação - hoje, podemos dizer que há algumas mudanças, porém com muita escassez, dada aos mecanismos do racismo estrutural. Torna-se, portanto, urgente que as Universidades, seus currículos de graduação

e pós-graduação incorporem as questões aqui levantadas enquanto uma pauta, para que se transformem em ações políticas de reparação e continuidade. Por isso, é necessário que permaneçamos combatendo todas as formas de violências e injustiças que foram e ainda são impostas pelo modelo civilizatório ocidental, seja na sua postura ética, política, estética, educativa ou econômica - esta última, a que mais impacta nos modos de vida das populações mundiais que sofrem com a desigualdade.

A presença da diáspora africana e dos povos originários é evidente em cada lugar, comunidade, bairro, de norte ao sul - em termos das linhas continentais - nas diversas formas de expressão na América Latina, seja a partir de seus núcleos tradicionais de preservação, ou nas formas mais livres de se manifestar. É aí que percebemos o seu potencial transformador e diverso, diante de um sistema que a cada dia inventa mecanismos para a sua dissipação ou desaparecimento. Diante desse contexto é que identificamos, por uma percepção conceitual da dança em termos das suas conexões de origem “africana”, “latina” e “americana”, que a diáspora sempre exercitou um sentido interseccional amalgamado e criativo no seu modo de ser e se posicionar no mundo - o qual, atualmente vem "desfazendo gêneros" e possibilita refazê-los com respeito e comprometimento ético a si, a/ao outro/a e ao planeta.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2018.

COLOMBRES, Adolfo. **Teoría de la cultura y el arte popular: una visión crítica** - La Habana: Ediciones ICAIC, 2014.

CURIEL, Ochy. Construindo Metodologias Feministas Desde o Feminismo Decolonial. **Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça** (7.: 2019 : Brasília, DF) Descolonizar o feminismo [recurso eletrônico]: VII Sernegra / Paula Balduino de Melo [et al.], organizadora. – Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempo e Argumento**, [S.l.], v. 12, n. 29, p.01-24, maio 2020. ISSN 2175-1803.

Disponível em: <https://doi.org/10.5965/2175180312292020e0102>. Acesso em: 24 ago. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: **Mujeres, crisis y movimiento**: America Latina y Caribe. Santiago: Isis International, 1988.

MARTINS, Leda Maria. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. (2003) (p.94-112) In: BRYAN-WILSON, Julia e ARDUI, Olivia. **Histórias da dança: vol.2** Antologia. São Paulo: MASP, 2020.

MIGNOLO, Walter D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura: un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GOSFOGUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MORALES, Evo. Abya Yala somos todos. IN: MAYORAL, Júlia Maria et al. (Orgs). **Abya Yala: una visión indígena** - La Habana: Editorial Ciencias Sociales y Prensa Latina, 2011.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: COSTA-BERNARDINO, J.; TORRES-MALDONADO, N.; GROSFOGUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 171-181. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

OLIVEIRA, Sidney Leandro de. **Corpos dissidentes na encruzilhada: o encontro poético com mulheres trans, travestis e profissionais do sexo**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Dança, Salvador, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. IN: **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. (117-142)

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

ⁱ Utilizamos o termo “latinoamericano” sem o hífen, assim como “étnicoraciais”, “afroameríndios”, “afrolatinoamericanos”, como forma de afirmação política e entendimento da não separabilidade dessas questões na sociedade hoje.

ⁱⁱ Neste artigo, utilizamos o **negrito** nos sobrenomes das autoras negras, como forma de identificar o lugar de afirmação política dessas mulheres. Esta ação é sugerida por **Figueiredo (2020)** no artigo “Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial”, publicado na *Revista Tempo e Argumento*. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/2175180312292020e0102>. Acesso em 02/12/2021.

ⁱⁱⁱ A mesa de abertura do “(Re)pensando a diáspora na América Latina” do SLAD 2021 está disponível através do link: <https://youtu.be/SuiKHifbYAQ>

^{iv} A saber: “Africanizar e Afrocentralizar: o ensino das Danças de Salão por uma perspectiva feminista decolonial” de Jocélia Freire, com orientação da Prof^a Dr^a Amélia Conrado; e “Políticas de Fomento à Dança na Bahia e em Cuba: diálogos entre territórios afrodiáspóricos”, com orientação do Prof^o Dr^o Fernando Ferraz.